



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

### **A sucessiva morte de golfinhos fez soar o alarme e urge proteger os ecossistemas marinhos**

Há dias, foi encontrado um corpo de um golfinho branco chinês na costa de Coloane, em frente ao Templo de Tam Kong, sendo este o sexto caso<sup>1</sup> denunciado pelas autoridades em 14 meses.

De facto, os golfinhos brancos chineses são há muito tempo considerados como espécie ameaçada de extinção pela Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção, e estão incluídos na lista I dos principais animais protegidos a nível nacional. Segundo as estimativas do *Agriculture, Fisheries and Conservation Department* (AFCD) de Hong Kong, actualmente, habitam 2500 golfinhos<sup>2</sup> na foz do Rio das Pérolas, ou seja, nas zonas marítimas de Hong Kong, Zhuhai e Macau. De acordo com um estudo feito em 2014 pela Universidade Sun Yat-Sen de Guangzhou, a população de golfinhos brancos na foz do Rio das Pérolas poderá descer, significativamente, 74 por cento<sup>3</sup>,

---

<sup>1</sup> A DSAMA descobriu, em 29 de Junho e 3 de Julho de 2019, e 14 e 15 de Maio, 16 de Agosto e 5 de Setembro de 2020, cadáveres de golfinhos brancos chineses, respectivamente, na Praia de Hác Sá, na costa em frente aos Jardins do Oceano, na pequena praia em frente ao Templo de Tam Kong em Coloane, na zona marítima em frente à Pérola Oriental, na praia de Cheoc Van e na costa de Coloane, em frente ao Templo de Tam Kong.

<sup>2</sup> AFCD de Hong Kong, número de golfinhos brancos chineses, <https://reurl.cc/Kjpnaj>

<sup>3</sup> *The Ocean Park Conservation Foundation* de Hong Kong, a acumulação de grande quantidade de metais pesados e de contaminantes faz com que os golfinhos se encontrem sob ameaça de extinção, 9



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

devido à acumulação de grande quantidade de metais pesados e de contaminantes nos seus corpos.

A descoberta consecutiva de cadáveres de golfinhos nos últimos anos em Macau significa que a poluição do meio marítimo faz soar um grande alarme para os seres humanos, do ponto de vista da monitorização biológica.

Em Julho de 2018, a Assembleia Legislativa aprovou, na especialidade, a “Lei de bases de gestão das áreas marítimas”, definindo que a protecção do ambiente das áreas marítimas é um dos principais objectivos da gestão das áreas marítimas de Macau. A Lei autoriza também o Governo da RAEM a elaborar o zoneamento marítimo funcional seguindo o princípio da protecção e melhoria do meio ecológico marinho, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável das áreas marítimas<sup>4</sup>. Mais concretamente, o Governo tem o direito de estabelecer reservas naturais marinhas e de adoptar medidas eficazes para a sua protecção e gestão, segundo as necessidades de protecção do ecossistema das áreas marítimas, podendo ainda criar redes de monitorização do ecossistema das áreas marítimas e estabelecer mecanismos de comunicação com as regiões vizinhas, etc.<sup>5</sup>

A referida Lei entrou em vigor há mais de dois anos, mas o Governo nunca divulgou qualquer plano de acompanhamento e nem sequer o Plano Director referiu a preservação do ecossistema das áreas marítimas, mencionando, pelo contrário, os planos de aterros a desenvolver em breve

---

de Janeiro de 2014.

<sup>4</sup> Artigo 7.º da Lei n.º 7/2018 (Lei de bases de gestão das áreas marítimas).

<sup>5</sup> Artigo 9.º da Lei n.º 7/2018 (Lei de bases de gestão das áreas marítimas).



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

nos mares costeiros e os planos de aterros de longo prazo. Com este pensamento de o “desenvolvimento prevalecer sobre tudo”, não é optimista a situação do ambiente ecológico marinho de Macau.

Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização, consagrado na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, e solicitando que me seja dada, nos termos do artigo 15.º do Processo de interpelação sobre a acção governativa, uma resposta escrita, clara, objectiva e adequada, dentro de 30 dias a contar do recebimento, pelo Chefe do Executivo, da presente interpelação, interpelo o Governo da RAEM sobre o seguinte:

1. O IAM responsabiliza-se pela inspecção e medição dos cadáveres de golfinhos encontrados nas áreas marítimas de Macau, bem como pela autópsia e recolha de amostras de órgãos, de acordo com a situação. Então, pergunto às autoridades o seguinte: após a respectiva investigação, qual foi a principal causa da morte dos golfinhos? Vão criar mecanismos para divulgar o que consta no relatório, nomeadamente, a causa da morte e o ciclo de vida dos golfinhos (por exemplo, hábitos de alimentação, velocidade de crescimento, impactos dos poluentes ambientais, estrutura da população, etc.)? O número dos golfinhos brancos que se encontram nos últimos anos nas zonas marítimas de Macau tem tendência a diminuir, segundo as estatísticas oficiais? Têm algum plano para delinear uma reserva natural para os golfinhos na área marítima de Macau, tal como acontece em



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

- Guangdong e em Hong Kong, em que seja proibida a circulação dos barcos ou a realização de obras?
2. O rápido desenvolvimento da cidade está acompanhado por várias obras de aterro em relação às quais não existem quaisquer limitações. Neste momento, estão a decorrer as obras de aterro da Zona C na zona marítima a noroeste da Taipa, e o projecto do Plano Director propõe a construção de um novo aterro para fazer a fusão entre o lado nordeste da Península e a Zona A dos Novos Aterros. De que mecanismos legais dispõem as autoridades para avaliar os impactos negativos das obras de aterro sobre o meio ambiente marinho? Quando é que as autoridades vão criar, de acordo com a Lei de bases de gestão das áreas marítimas, sistemas de monitorização dinâmica para controlar de forma integrada os projectos de uso das áreas marítimas, com vista a mandar suspender os projectos e planos quando for avaliado que os impactos negativos possam atingir determinado nível?
3. A Lei de bases de gestão das áreas marítimas, que entrou em vigor em Julho de 2018, autoriza o Governo a elaborar um zoneamento marítimo funcional, no âmbito do zoneamento marítimo funcional do Estado e com base no princípio da protecção e melhoria do meio ecológico marinho, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável das áreas marítimas. O Governo deve então, nos termos da lei, elaborar um zoneamento marítimo funcional, estabelecer reservas naturais



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

marinhas segundo as necessidades de protecção do ecossistema das áreas marítimas e, ao mesmo tempo, criar redes de monitorização do ecossistema das áreas marítimas e estabelecer mecanismos de comunicação com as regiões vizinhas. Quando é que vai fazer isto tudo? Para além disso, vai o Governo elaborar leis e regulamentos para reduzir a poluição marítima e proteger a biodiversidade marinha?

7 de Setembro de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Sou Ka Hou**